



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada em: 8.3.2013

Hora: 14h30min.

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistado: José Maria Barreto Figueiredo

Responsável pela transcrição: Lucila Barbalho Nascimento (bolsista)

Carlos Gomes: Bom minha gente, nós vamos começar de qualquer maneira a reunião. No livro... É, eu sei, eu sei. Eu estive com um deles dois. Bom, vamos começar a nossa reunião. Eu gostaria inicialmente de saber se todos os receberam a minuta da ata. Fizemos os devidos acréscimos e correções que foram enviados. Então em discussão a Ata, aprovada. Eu faço logo no dia em que eu recebo se não eu esqueço. Eu vou passar a Ata para vocês. Vão assinando e a gente vai começando. Kadma, depois você assina aí também. Bom, eu inicialmente gostaria de enaltecer e registrar o Dia Internacional da Mulher que tem um histórico não muito feliz. A sua origem e triste, não é?! Mas que serviu de base para doravante se fazer a apologia merecida do trabalho das mulheres. Eu até diria que a gente tem que tomar cuidado porque já hoje eu vi entrevista da Doutora Linete sobre sangue e ela disse: “Olhe, 75% do pessoal que trabalha na saúde já é do sexo feminino”. Bom, após uma notícia... Que é o Dia Internacional da Mulher. Temos outras a lamentar, como foi o atentado na Sede da OAB, justamente em relação à Comissão da Verdade quando tentava apurar algo mais sobre aquela... Aquele atentado que resultou na morte da Doutora Lídia Monteiro que era uma criatura, uma funcionária

antiga. Não tinha nenhuma participação política, então foi uma vítima. Sem ter nada a ver.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Foi. Dias depois. Foi bem próximo daquele dia da bomba que jogaram naquele...

Almir Bueno: Riocentro. Riocentro.

Carlos Gomes: Isso, exatamente. Naquele shopping. Então o atentado, vocês sabem que mandaram uma correspondência pra OAB. Ela sempre abria. Quando abriu ela morreu... Lamentável. Nessa época é. E a Comissão da Verdade estava tentando levantar, procurar algo mais, porque ninguém descobriu nada.

Almir Bueno: Houve um telefonema anônimo.

Carlos Gomes: Houve um telefonema anônimo avisando que eram 3 bombas e realmente.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Bom, aí é que está a história. Quando surge a bomba, na época que aconteceu a toda a esquerda. Depois se verificou que pelo atentado da Riocenter... Não, Riocenter não.

Almir Bueno: Riocentro.

Carlos Gomes: Riocenter, é?

Almir Bueno: Riocentro.

Carlos Gomes: A coisa era de direita, então estavam ligando uma coisa à outra quando aconteceu esse atentado. Então eu espero que a gente não sofra um atentado aqui. Minha mulher reclamou: “Olhe, cuidado!”.

Almir Bueno: Kadma já disse que vai pedir demissão.

Carlos Gomes: Cuidado quando você receber correspondência. Bom, comunicações: eu oficiei a Reitora pedindo um parecer sobre o caso da Professora Justina. Não recebi, não há resposta ainda, não é? Do ofício, tá certo! Fiz também um ofício à TV Universitária solicitando a lista de todos os programas Memória-Viva. Está certo. Mantive contato com a Professora Nadja Cardoso e ela me informou, lamentavelmente, que Adriel Lopes Cardoso é portador de Alzheimer e não tem a mínima condição. É Adriel, eu então procurei. Não, mas um momento, mas aí...

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Mas de qualquer maneira, ela iria entrar em contato com... Quem cuida dele... Ele não pode mais nem sair de casa porque se perde. Então ficaram de me dar uma resposta. Ela ficou de me dar uma resposta, mas eu procurei Jurandyr Navarro da Costa, que foi membro da ASI e ele me disse: “Olhe, você tem notícia de Adriel, você...” Ele respondeu: “Rapaz, ele está completamente sem memória e...”, tem uma confirmação de uma pessoa... Estou aguardando, entretanto, um resultado.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É prima dele. É prima dele.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, ele foi da ASI. Ele foi um dos funcionários da ASI. Ele até me fez por escrito aqui, que eu pedi a ele. Ele me revelou que a ASI não teria funcionado. Ou seja, Domingos Gomes de Lima não utilizou os serviços da ASI. Quem utilizou foi Genário e quem dirigia a ASI era Zaqueu Luiz dos Santos.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Então é uma pessoa. Está viva. Está bem. É uma pessoa que a gente pode convocar, não é verdade?! Zaqueu Luiz dos Santos... Eu me lembro bem que quando eu servi o Exército ele era Sargento lá.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Lá?

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, aqui não.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É porque a OAB estava investigando, estava no encalço dos responsáveis porque até hoje ninguém descobriu nada. E, possivelmente, pessoas com medo de uma revelação qualquer...

Almir Bueno: Na época, quando explodiu o carro, os militares... Inclusive morreu... A investigação num rendeu tudo que tinha, mas ficou comprovado que tinha sido atentado pelos militares.

Carlos Gomes: E eles estavam tentando saber nomes. E é por conta disso. Porque lá eles investigam todos os fatos políticos. Não é o nosso caso que é só dentro da Universidade e que não houve nenhum caso.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Porque há uma ideia disso, não é?

[Inaudível].

Carlos Gomes: Foi, foi.

[Inaudível].

Thales Lima: Como o professor diz, o momento é outro.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É, exato.

Almir Bueno: Acabou de aceitar o convite pra depor o Major Curió. Foi um dos principais comandantes da época...

Carlos Gomes: Agora, respondendo a Kadma, eu diria o seguinte: a grande importância das Comissões da Verdade é fazer uma revisão da História oficial, da História que existe. Pode ser que surjam fatos que reflitam alguma coisa que se pensava que era

verdade. O segundo é se nós, em nosso trabalho, descobrirmos alguma violação que não tenha sido objeto de reparação e pudermos propor, por exemplo, esse caso que nós vamos ouvir... Pessoas que a gente convocou. Se a gente descobrir o fio da meada e constatar que esse rapaz foi efetivamente prejudicado, nós vamos encaminhar fazendo sugestões. Então a Comissão tem esse valor de viabilizar correções, não é? E contar a História certa.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É, exato.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Perfeito. Está aí a pluralidade dos seus integrantes.

Almir Bueno: Eu tenho um informe.

Carlos Gomes: Pois não. Então o do Adriel era a última coisa que eu tinha a dizer... Ainda está carente de confirmação. Professor Almir.

Almir Bueno: Até seria melhor que tivesse mais gente, não é? Mas como vai está constando na Ata... Eu sou um dos coordenadores do Simpósio Nacional de História que vai se realizar aqui em Natal, na Universidade, do dia 22 até o dia 27 de julho. E eu acabei de receber a notícia de que a Comissão Nacional da Verdade vai fazer uma audiência. O dia não está totalmente certo, mas vai ser na semana do Simpósio Nacional de História. A professora Margarida acabou de me informar que é da Diretoria da Sociedade ANPUH e uma das organizadoras também aqui do evento. Então será uma Audiência Pública.

Carlos Gomes: Nós fizemos uma quando a OAB se reuniu ali ao Congresso Nacional. Como é o nome... Simpósio Nacional dos Advogados. Cada 2 anos é num lugar diferente. E houve no Rio Grande do Norte uma Audiência Pública da Comissão...

Almir Bueno: Então eu acho que seria até importante que isso fosse mais divulgado e aproveitássemos esse momento, não é?

Carlos Gomes: Perfeitamente.

Almir Bueno: A própria Comissão Nacional vai estar aqui.

Carlos Gomes: Tão logo a gente receba a coisa mais objetiva, a gente faz um movimento.

Almir Bueno: Pronto.

Carlos Gomes: Pois não, Juan.

Juan de Assis Almeida: O senhor Rinaldo Claudino de Barros para o próximo dia 15 de março. Ele estará aqui prestando seu depoimento. Rinaldo era aluno da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto. Depois do Curso de Ciências Sociais da UFRN. Ele foi perseguido e foi o único aluno do Estado que foi enquadrado no Decreto 477 e foi expulso da faculdade. Ele trará alguns documentos aqui que considera importante para colocar à disposição da Comissão.

Carlos Gomes: Portanto no dia 15.

Juan de Assis Almeida: Dia 15.

Carlos Gomes: Vamos oficialar.

Juan de Assis Almeida: Eu gostaria de pedir a Kadma que enviasse um convite oficial para a casa dele. Você recebeu o e-mail Kadma que eu lhe repassei? Pronto.

Carlos Gomes: Está ótimo.

Juan de Assis Almeida: Telefone, endereço.

Carlos Gomes: Só vou marcar Rinaldo, porque Rinaldo pode ter muito que contar. Então acontece como aconteceu com Juliano? Ele vai ficar sozinho, porque ele deve ter muita coisa a dizer.

Juan de Assis Almeida: Pronto. Só isso mesmo.

Carlos Gomes: Na próxima sexta-feira.

Juan de Assis Almeida: Próxima sexta, inclusive ele...

Carlos Gomes: Eu vou pedir ao doutor Ivis que venha porque quando chegar certo horário eu vou ter que sair, porque é o dia da posse do Instituto e eu estou...

Juan de Assis Almeida: Professor, aí ele não pode vir nessa sexta-feira? Que era da...

Carlos Gomes: Mais alguma coisa. Pois não. Desculpe-me que eu não decorei os nomes.

Almir Bueno: Edilson.

Edilson Pedro de Araújo da Silva: Eu não sei se já foi cogitado esse nome por alto nas últimas reuniões, mas eu gostaria de enfatizar a presença de Roberto Furtado, que ele foi advogado dos presos políticos da época e também de Ticiano Duarte que foi professor

aqui do Departamento de Jornalismo. Hoje ele é aposentado. Eu acredito também que ele teve uma militância –ambos tiveram militância – na época da Ditadura Militar em Natal e eu acredito que eles tenham algo a acrescentar pra Comissão. Não sei se o senhor conhece Ticiano Duarte.

Carlos Gomes: Demais! Foi meu colega de Tribunal de Contas. É uma memória viva.

Edilson Pedro de Araújo da Silva: Roberto Furtado também é uma... Muito grande.

Carlos Gomes: Roberto foi meu colega, trabalhei anos e anos na OAB com ele.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Também, é verdade. Aliás, foi o homem que comandou a Anistia aqui no Rio Grande do Norte, na OAB.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Eu criei o Jornal da Ordem na administração de Roberto.

Edilson Pedro de Araújo da Silva: Qualquer coisa, se o senhor não tiver os contatos telefônicos deles, eu tenho.

Carlos Gomes: Tenho. É fácil, todos os dois. Roberto mora lá na praia, não é? Em Muriú, mas ele vem sempre aqui a Natal.

Edilson Pedro de Araújo da Silva: É. Ele tem um apartamento ali em Lagoa Nova, próximo ao Portugal Center.

Carlos Gomes: Eu tenho até o e-mail dele...

Edilson Pedro de Araújo da Silva: Eu já tive a oportunidade de ir lá conversar com ele.

Carlos Gomes: Uma pessoa excelente!

Edilson Pedro de Araújo da Silva: E com Ticiano também. Já tive conversando.

Carlos Gomes: São duas pessoas que vão enriquecer nossos apontamentos.

Edilson Pedro de Araújo da Silva: É, com certeza! Ticiano Duarte.

Carlos Gomes: Ticiano Duarte, que é jornalista da Tribuna.

Edilson Pedro de Araújo da Silva: É, inclusive ele, salvo engano, ele tem bem 3 livros lançados. Um é sobre...

Carlos Gomes: Maçonaria.

Edilson Pedro de Araújo da Silva: Sobre as reminiscências dele.

Carlos Gomes: Sobre os...

Edilson Pedro de Araújo da Silva: [Inaudível].

Carlos Gomes: E tem mais. Ele tem mais. Eu tenho os livros dele.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Sim, lembro. Não tenha dúvida.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Gileno Guanabara.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É. Eu dei prioridade ao Zé Maria porque é a História dos livros. Eu estou atrás. Ainda acredito não tenham tocado fogo em tudo. Ele foi convocado. Ele vem, não é?

[Inaudível].

Carlos Gomes: Ah, está bom.

Edilson Pedro de Araújo da Silva: Professor, e o Deputado Agnelo Alves? Será que ele teria alguma...

Carlos Gomes: Agnelo não teve nenhuma vivência no ambiente universitário. Eu, inclusive, conheço boa parte da história de Agnelo porque tenho um... Historicamente, eu e Ticiano temos alguma coisa de Agnelo porque, quando veio um Inquérito pré-fabricado pedindo a degola de Agnelo, eu era Procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas e me revoltei porque cobravam dele não quantos mil processos... E a devolução de uma importância fabulosa. Aí eu via lá entre os quais: suprimento de fundo. Ora, suprimento de fundo é um dinheiro que o poder público entrega ao funcionário pessoa física para ele gastar e prestar conta. Como é que no suprimento de fundo podia se responsabilizar o prefeito. Então eu pedi que o Tribunal criasse uma Comissão que foi presidida pelo genro de Vulpiano Cavalcanti. Foi feita e caiu, digamos, na moeda da época de 200 milhões. Esses dados são absolutamente fictícios porque eu não me lembro o valor da moeda, mas com a primeira investigação caiu pra 60 milhões. Você avalie, porque foi se descobrindo os processos na pocilga que era o Arquivo da Prefeitura. Mas ainda tinha ficado de fora o suprimento de fundos e eu digo

“não me conformo que não sei o que”. Todos nós sabemos que suprimento de fundo não tem nada a ver com ninguém. É o funcionário. Aí eu fui descobrindo que um suposto Tenente Airton tinha ido à prefeitura e tinha solicitado todos aqueles processos. Encheu uma caminhonete e levou. Aí eu fui à prefeitura e perguntei: “Ele deu algum calção?”. “Dê-me uma declaração de que ele veio”. “Não, mas o senhor sabe”... Eu ia ao general... Peço um protocolo... Resultado: por conta disso eu exigi uma segunda Comissão, o Tribunal então disse: “Não, assim já é demais. Não dou a segunda Comissão”. Aí como a lei dizia que o processo só podia ser apreciado com o parecer do Procurador, eu disse que não tinha condições de emitir o parecer. O processo ficou parado pra ver o que se fazia. Aí começaram a pressionar o Tribunal de Contas. “Mas e o processo de Agnelo?”... Então o Tribunal vai pra lá, vem pra cá... Vamos fazer logo a nova Comissão, aí fizeram. Caiu pra um valor, isso é que eu não me lembro mais. Eram milhões, mas milhões não valiam nada, que era uma Máquina... Adquirida por Agnelo e tá, tá, tá. Então a coisa se resumiu a isso. Ticiano era o Relator do Processo.

Pessoa não identificada: Ticiano Duarte?

Carlos Gomes: Ticiano Duarte. O Conselheiro José Borges Montenegro chegou pra mim, que ele me queria muito bem, eu gostava muito dele. “Carlos, eu vi um documento, a Revista do Tribunal de Contas da União, só me lembrei de você.”, eu disse: “O que foi?”. “Olhe isso aqui!”. Era uma súmula do Tribunal de Contas da União dizendo que antes do julgamento definitivo dos responsáveis por valores de dinheiros públicos deve haver a concessão de prazo para o direito de defesa, porque naquele tempo ninguém respeitava defesa de ninguém. É por aí. Concedi um prazo para Agnelo se defender. Ele fez uma defesazinha ínfima dizendo que aquilo que se exigia dele, ele arranjou a 4ª via da nota fiscal, lá onde ele comprou. Comprou no Ceará e trouxe uma declaração de um órgão da Prefeitura dizendo onde é que estava a Máquina... E eu dei o parecer pela aprovação e foi que o processo dele foi aprovado. Quer dizer, cassaram Agnelo não foi por isso, foi por outra coisa. Essa não deu certo. Então foi um episódio que eu tive com Agnelo e com Ticiano. Eu, procurador; e Ticiano auditor, substituindo Conselheiro. Então você veja como são as coisas. Isso é um mero exemplozinho.

Almir Bueno: Professor, só aproveitando o que Edilson colocou para que também a gente comece a... Quando a gente propuser nomes sempre tentar ficar restrito aos âmbitos da Universidade porque se não a gente vai arrolando um monte de nomes que são importantes da época da ditadura. Não tendo relação com a Universidade a gente vai ficar até 2, 3 anos... Mas é, foi válido você ter apresentado a menção dos outros dois, não é? Mas, assim, sempre a gente tem que pensar na relação com a Universidade.

Carlos Gomes: Viu, professor Almir?! Ticiano foi professor da Universidade e Roberto foi nomeado, mas houve uma pressão e houve um problema.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Uhum.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Vá dizendo.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Falecido.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Como?

[Inaudível].

Carlos Gomes: Ivo Ferreira, sim, é o rapaz de Macau. Falecido, mas não tenho certeza.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, não me lembro.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Também não me lembro.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, mas é fácil pra o Professor Juliano.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É, é, é.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Era o de Direito, era?

[Inaudível].

Carlos Gomes: Esse pessoal era do Curso de Direito?

[Inaudível].

Carlos Gomes: É porque eles não eram da minha turma, aí não...

[Inaudível].

Carlos Gomes: Françoise, OK. É um bom nome.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Eu queria... Eu gostaria de pedir a você que você falasse com Juliano sobre esses nomes, pra ver se ele se lembra se estão vivos.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Foi, foi, foi...

[Inaudível].

Carlos Gomes: Quem?

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não sei. Ô, Kadma... Será que... Professor Almir, verifique se chegou alguém aí? Não chegou ninguém? Ô, Meu Deus.

[Inaudível].

Juan de Assis Almeida: Não, quem era parente de Juliano Siqueira, que ele cita, era Major Cleanto Homem de Siqueira, mas ele já fala como ele fosse ruim, não é? Ele disse que trabalhou em alguns órgãos de informação e perseguiu alguns alunos.

Carlos Gomes: Quem?

Juan de Assis Almeida: Cleanto Homem de Siqueira.

Carlos Gomes: Falecido.

Juan de Assis Almeida: Faleceu agora? Mas Juliano, a única pessoa que...

Carlos Gomes: Ele inclusive estava listado pra eu chamar.

Juan de Assis Almeida: Pra chamar?

Carlos Gomes: Mas foi no período que eu pensei... Teve problema de coração. Inclusive eu vou pedir a Kadma para solicitar uma sala lá. Porque, eventualmente, a gente pode precisar ouvir alguém. Então eu quero que numa emergência tenha uma sala. Já que a gente está esperando o pessoal, eu gostaria de tentar ler aqui o que Jurandyr Navarro respondeu. Eu perguntei a ele: “Qual a função da ASI na Universidade?”. Ele respondeu: “As informações a respeito de alunos, servidores e professores, quando solicitadas pelo Reitor. Essa era a finalidade da ASI. Era investigar alunos, servidores e professores quando solicitado pelo Reitor”. A primeira pergunta. A segunda: “Quando foi criada, seus diretores e sua extinção?”. Ele respondeu: “Havia uma espécie de fichário que era manuseado por duas funcionárias, uma delas era Isolda”.

Juan de Assis Almeida: Eu acho que é Isolda Pinheiro.

Carlos Gomes: Cavalcante. Filha de doutor Ivo Cavalcante.

Juan de Assis Almeida: Isolda, Juliano Siqueira mencionou o nome dessa senhora... E foi da Faculdade de Pedagogia aqui da UFRN.

Carlos Gomes: Eu vou tentar.

Juan de Assis Almeida: Ela era esposa dele.

Carlos Gomes: Eu vou tentar ver. Eu tenho amizade com Ivo Neto. Vou saber dele. Ele me indica.

Juan de Assis Almeida: Pronto, Juliano Siqueira...

Carlos Gomes: Ela trabalhou na ASI, não é?

Juan de Assis Almeida: Não teve o episódio que Juliano Siqueira contou que foi preso na Secretaria de Segurança Pública que estava funcionando no antigo prédio da Faculdade? Você lembra que ele contou disso?

Carlos Gomes: Ele contou, é.

Juan de Assis Almeida: Vulpiano Cavalcanti foi preso. Ele citou que essa Isolda teria sido presa pra dar reestruturação do Partido Comunista aqui.

Carlos Gomes: Duplamente nos interessa. Trabalhou na ASI.

Juan de Assis Almeida: Eu não sei se é a mesma pessoa.

Carlos Gomes: Não sei se é a mesma pessoa. Mas é Cavalcante e avisa aqui que é parente de Doutor Ivo. É fácil de saber com Juliano se é essa mesmo.

Juan de Assis Almeida: Francisco Ivo Cavalcante?

Carlos Gomes: É, exatamente.

Juan de Assis Almeida: Ele é professor da faculdade.

Carlos Gomes: Não sei se chegou a ser.

Juan de Assis Almeida: [Inaudível].

Carlos Gomes: Pode ser que tenha sido cogitado, mas ele já era um homem de muita idade. É possível que quando a Faculdade foi fundada ele já tivesse atingido a idade.

Juan de Assis Almeida: Eu acho que ele foi um dos professores fundadores.

Carlos Gomes: Ele foi o primeiro Presidente da OAB em 1932.

Juan de Assis Almeida: Professor, eu acho que ele foi um dos fundadores.

Carlos Gomes: É, pode ter sido. Ele pode ter sido chamado e não chegou a assumir como foi o caso de Djalma Marinho. Bom, então o que é que ele diz aqui... A pergunta “C”. A pergunta “B” ele ainda botou: “Ignoro”. Ele não sabe exatamente quem eram os diretores e a data de extinção. Ele disse que não sabe. Agora, ele me falou pessoalmente que na gestão de Genário Fonseca era Zacheu. A terceira pergunta: “Tem conhecimento onde estaria a documentação da ASI?”. Ele disse que não sabia. A “D”: “Conhece algum caso de punição sugerida pela ASI a estudantes, professores e funcionários?”. Resposta: “Não”. Porém, na minha gestão, fui procurado pelo então professor do Curso de Direito (que ele não se lembra o nome, interrogação) Danilo Medeiros. Danilo Medeiros eu me lembro quem era, é falecido.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Que havia sido afastado da sala de aula e me solicitou para reabilitá-lo. Fiz um expediente para o órgão de Brasília e consegui reabilitá-lo. Entretanto, ignoro ter sido por algum ato da Direção da ASI o seu afastamento da sala de aula. Professor Danilo, eu conheci o Professor Danilo. Ele está falecido. Letra “E”: “A ASI teve conhecimento de alguma violação aos Direitos Humanos dentro da Universidade?”. Resposta: “Não, não tive conhecimento”.

Carlos Gomes: Oba, tudo bem, por favor, sente aqui. [Referindo-se a entrada do entrevistado do dia].

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, é verdade. É.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Bom, então nós podemos começar. E eu gostaria que, inicialmente, o Professor José Maria fizesse a sua, vamos dizer, a sua identificação porque a gente está gravando.

José Figueiredo: Bom, José Maria Barreto Figueiredo. Chanceler da FACEX e Instituição de Ensino Superior, 40 anos no mercado, responsável por 20% da educação particular do Rio Grande do Norte e por isso eu me apresento a essa Comissão.

Carlos Gomes: Professor Zé Maria, o motivo da sua vinda aqui é decorrente de um fato. Nós tivemos uma entrevista com o Coronel José Renato Leite, porque nós estamos no encaixe da documentação da antiga ASI. Nós sabíamos que ele tinha sido um dos diretores da ASI. E que quando a ASI foi extinta, a documentação foi entregue ao Ministério da Educação. E o Coronel José Renato me disse que quando deixou a ASI, ainda essa documentação estava no prédio onde hoje é a Rodoviária Federal e que

[Inaudível].

José Figueiredo: Delegacia do MEC.

Carlos Gomes: E que. É. Era lá. Não, mas hoje funciona a Polícia Rodoviária.

Juan de Assis Almeida: Ela funcionava aqui e depois ela foi transferida para o prédio da Delegacia Regional do MEC.

Carlos Gomes: Quando foi extinta. É, mas, exatamente, quando ela foi extinta, a documentação foi encaminhada para o [Inaudível].

Juan de Assis Almeida: [Inaudível].

Carlos Gomes: Eu estou no encalço da documentação. Então ele disse que quando deixou, ele já trabalhou lá. Ele não trabalhou aqui. Estava extinta a ASI e ele estava tomando conta dos arquivos. Então quando ele saiu a sua pessoa é que era o representante do MEC. Então nosso ponto principal é esse aí. O que é que tem a dizer sobre essa documentação da ASI?

José Figueiredo: Bem, antes da iniciativa privada, eu ocupei cargos aqui. Um deles foi a Delegacia do MEC. Nós tínhamos também um mal fadado. Funcionava no Rio de Janeiro, mas aqui nós tínhamos um setor que dava as informações. Para vocês mais jovens terem uma ideia, se eu quisesse nomear um servente aqui, eu tinha que ter a folha corrida dele desde a Igreja onde ele se batizou até o momento atual. Então nós sofríamos muito com isso. Agora, com relação à Delegacia do MEC, também existia Serviço de Informação dirigido lá. Leite estava lá na época e eu lembro que Collor assumiu. E quando Leite saiu aconteceu um fato interessante. O irmão de Françoise Silvestre, que hoje é advogado lá no Maranhão, disse: “Vou já olhar essas gavetinhas pra ver o que é que tem aqui” e o primeiro nome que ele encontrou foi o dele. Ele disse: “Olha Zé Maria, eu estou aqui como agitador estudantil”. Quer dizer, nós vivemos esses momentos difíceis. Agora, até onde eu tenho conhecimento é que o Presidente Collor mandou que incinerasse todos esses documentos, até onde eu sei.

Carlos Gomes: Mas quando o senhor saiu de lá?

José Figueiredo: Continuava ainda os documentos.

Carlos Gomes: Continuava?

José Figueiredo: Ainda continuava os documentos.

Carlos Gomes: Quem o substituiu?

José Figueiredo: Quem me substituiu foi um funcionário de carreira. Aliás, professora daqui, professora Taciana Jales.

Carlos Gomes: Taciana ou Tarciana?

José Figueiredo: Taciana Jales. Ela hoje eu acho que está aposentada da Universidade.

Carlos Gomes: Agora, especificamente sobre a documentação da ASI, lembra-se que há um arquivo especial da ASI?

José Figueiredo: Olhe, as informações que nós tínhamos era muito fechado. Funcionário não tinha acesso e era muito difícil para vocês saberem de alguma coisa. Eu vim saber no finalzinho, exatamente isso que aconteceu que Françoise assumia. Às vezes, quando eu viajava, ele assumia, que era meu substituto e casualmente entrou e viu que o nome dele estava lá.

Carlos Gomes: Irmão de Françoise?!

José Figueiredo: Irmão de Françoise Silvestre que dirigiu. Era Silvestre o nome dele. Mas a informação que eu tenho é essa. Foi mandado incinerar.

Carlos Gomes: Agora, a incineração aconteceu na sua gestão?

José Figueiredo: Não. Não na minha gestão. Nem tão pouco foi incinerado no MEC. Eu sei que essa documentação, eu não estava mais lá, mas pelo que eu sei é que foi levado para um determinado lugar, que eu também não sei.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Pois não. Pode perguntar.

Almir Bueno: Não, é exatamente em relação a isso Professor. Eu sou Almir Bueno, membro da Comissão da Verdade aqui da UFRN. No depoimento do Coronel...

José Figueiredo: Leite.

Almir Bueno: José Renato Leite, ele informou que essa documentação do MEC teria sido enviada para o Exército e aí ficou na dúvida se primeiro teria sido aqui para Natal ou para o Comando do Exército em Recife. Em relação a isso o senhor tem alguma informação? Porque até saiu noticiário na imprensa esse dias em relação à própria documentação dessa época do MEC que se encontra – uma parte dos documentos – no Arquivo Nacional. Uma parte em Brasília. O Arquivo Nacional é no Rio, mas tem uma parte em Brasília. Aí o senhor teria alguma notícia em relação a isso?

José Figueiredo: Veja bem, até onde eu sei já se vão mais de 20 anos esse negócio. Cada órgão do Governo tinha seu setor de informações. E quando eu cheguei ao MEC já existia esse setor de informações. Como o Coronel Renato Leite era um homem muito aberto, era um homem de fácil acesso e que desempenhava as funções dele, por sinal, muito bem e eu tive, e tenho até hoje, um contato com o Coronel. Nós temos um bom relacionamento, mas mesmo assim era muito fechado, praticamente servíamos para... Se alguém queria saber alguma coisa, mandava um ofício. O Coronel Leite respondia porque ele era soberano, o setor dele era soberano na minha administração. Na administração de todo mundo. Serviço de Informação não dava bola pra ninguém. Vinha uma ordem de cima pra baixo. Era pra ser cumprida e acabou. Em relação a esse

serviço e essas informações, eu tinha muito pouco acesso. O único acesso que eu tive foi esse de Françoise que, curiosamente, abriu e o primeiro nome que ele encontrou foi o dele. Mas tinha nome dele, tinha nome de Ney Lopes, tinha nome dos políticos da época que estavam começando. Até eu estava lá também. Pra entrar na Delegacia do MEC eu fui sabatinado. Minha vida foi observada, tanto no MEC como na Legião Brasileira de Acidentes. Mas a informação precisa que eu tenho é que saiu de lá e que o Presidente Collor, na época... Porque tinha umas informações sobre ele também meia... Não muito lisonjeadoras e mandaram incinerar. Essa é que é a grande verdade.

Carlos Gomes: Agora, a saída dessa documentação foi na sua gestão?

José Figueiredo: Não, não foi na minha gestão. Quando eu saí do MEC a documentação continuava lá. Mas não mais com aquela força, com aquela... Os arquivos estavam lá e ninguém podia encostar, mesmo depois da redemocratização. Como a gente fala, as documentações ficaram lá, que era privativo do Exército.

Carlos Gomes: Sabe me dizer se e por que a Delegacia do MEC continua existindo.

José Figueiredo: Não, não existe mais Delegacia do MEC, foi extinta.

Almir Bueno: Foi extinta.

Carlos Gomes: E esses documentos oficiais e coisa, eles mesmos...

José Figueiredo: É. Os documentos inerentes ao Ministério da Educação, esses voltaram, eu não sei se vieram aqui pra Universidade na época ou se voltaram pra Brasília. Se foram pra Brasília, Ministério da Educação. Agora, as informações com certeza devem ter ido.

Carlos Gomes: Não, eu digo a burocracia, ofício e tal?!

José Figueiredo: É. Porque as Delegacias morreram, não é? Simplesmente acabaram as Delegacias. Então criaram o FNDE, criaram aqueles órgãos.

Carlos Gomes: Quero saber se pelo menos tem algum ofício encaminhando documento que a gente pode procurar no MEC.

José Figueiredo: Isso eu acredito que só o MEC tenha. Poderia dar esses subsídios pra vocês. Agora, a Professora Taciana Jales também poderia ser chamada pra essa Comissão porque talvez ela tenha bem mais subsídios do que eu, já que foi ela quem ficou no meu lugar.

Almir Bueno: Então, só pra confirmação: a informação que o senhor tem é que foi incinerada?

José Figueiredo: É que foram incinerados esses documentos por ordem, na época, do Presidente da República.

Almir Bueno: Do Presidente da República, Collor.

José Figueiredo: Era para incinerar essa documentação, pelo menos a do MEC, não sei as outras. Mas para o MEC veio uma ordem de cima pra baixo pra se fazer a incineração desses documentos.

Almir Bueno: Nenhuma informação a respeito da transferência dessa documentação pra o Exército?

José Figueiredo: Não tenho informação...

Carlos Gomes: O Exército pode até... Essa professora possivelmente ficou lá, vai saber de alguma coisa.

José Figueiredo: É verdade!

[Inaudível].

José Figueiredo: Não, essa foi a posteriori porque lá se encontrava o Françoise, o irmão do Françoise Silvestre, que assumiu diversas vezes nas minhas ausências e quando eu saí do MEC a Taciana foi quem assumiu o lugar de Delegada do MEC aqui no Rio Grande do Norte.

Carlos Gomes: Vamos ver se Silvestre, deve ser vivo...

José Figueiredo: Não, Silvestre é vivo, mora em... Françoise se eu não me engano é professor aposentado daqui, não é Françoise Silvestre?!

Carlos Gomes: Não, ele é Procurador do Estado.

José Figueiredo: Procurador do Estado.

Carlos Gomes: Mora em Martins.

José Figueiredo: Mora em Martins. Eu não sei se mora aqui, mas ele é de Martins.

Carlos Gomes: Ele mora em Martins.

José Figueiredo: Ele mora em Martins e o irmão dele, inclusive na época, eu convidei pra ser meu substituto e sofri muito pra conseguir colocar esse cidadão lá, mas já estava no final da coisa e ele entrou. Uma das coisas que me chamou atenção foi quando ele, como delegado, teve um acesso e disse: “Eu vou procurar aqui alguns nomes” e o primeiro que ele encontrou foi o dele, não é? Mas isso era normal na época né?!

Carlos Gomes: Alguma outra?

Almir Bueno: Não, só. Então formalmente a gente poderia também convocar o nome da senhora que foi citada.

Carlos Gomes: Não, eu anotei aqui.

José Figueiredo: Taciana Jales.

Almir Bueno: Taciana Jales.

Carlos Gomes: Se é professora, é importante, foi quem ficou lá... Bom, era isso que a gente queria, eu quero agradecer a sua presteza...

José Figueiredo: Muito obrigado, professor.

Carlos Gomes: Porque a nossa Comissão busca fazer uma conferência dos fatos que são considerados...

José Figueiredo: Isso é importante, histórico, essa coisa. Ontem eu estava conversando com um cidadão. Ele tem 60 anos de sacerdócio aqui em Natal... Padre Tiago. Padre Tiago falando como quando ele chegou aqui que ia lá pra aquele casarão ali de Zona Norte e nós conversávamos. Uma vez eu fui lá e não tinha luz, não tinha nada, água era de cacimbão. Isso era a LBA quando nasceu. Ela nasceu porque a irmã do Presidente Getúlio Vargas, Darcy Vargas, disse: “Vamos criar uma fundação pros filhos dos pracinhas não, é?” e os filhos dos pracinhas já eram pais, já eram até avôs. Eu disse: “A gente tem que mudar o conceito de LBA” aí nós criamos o projeto ali e eu conheci esse padre. Que terminou surgindo o Projeto Casulo. Não sei se alguém já ouviu falar sobre esse Projeto. E esse Projeto foi de fundamental importância, porque na época começava a... Não tem nada a ver com a reunião, mas é um fato histórico. Começaram a surgir às favelas do Mereto, Japão e tal, acho que tivemos aqui 14 Jardins de Infância e eu lembro

que quando eu deixei a LBA e quando acabaram a LBA, porque o que dava certo se acaba nesse país. Eu não sei por quê. A coisa vai dando certo aí tira, muda de Governo, aí vamos fazer a coisa diferente, não é? Aí acabaram a LBA. E um tempo desse eu encontrei-o. Ele fazia 50 anos de sacerdócio. Ele chegou pra mim, e estavam lá os políticos. Os eternos políticos vão pra lá. Ele é uma liderança e quando me encontrou disse: “Ei, venha pra cá! Você está triste?”. Eu disse: “Não, estou feliz! Seus 50 anos!”. Ele disse: “Não, você está triste!”. Ele é um cara extraordinário. Tem 82 anos e disse: “Você está vendo aquela turminha que está ali?... Aquele foi do Mereto, aquele foi lá do Igapó, aquele foi não sei da onde, aquele vai ser padre pra semana, aquele outro se formou pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi do Projeto Casulo”, aí olhou pra mim e disse “Se nós tivéssemos salvado um, a gente teria feito alguma coisa. Quantas pessoas a gente salvou? Agora, a minha tristeza é maior do que a sua, porque acabaram com um Projeto desses.”. Infelizmente essas coisas acontecem. Quando a gente quer fazer alguma coisa, a gente é subversivo nesse país. Quer dizer, criou-se esse projeto e terminaram acabando com o projeto, mas a vida continua.

[Inaudível].

José Figueiredo: Foi nos anos 1980. Anos 80

[Inaudível].

José Figueiredo: Não, não, Casulo não.

[Inaudível].

José Figueiredo: Na LBA sim.

Carlos Gomes: [Inaudível].

[Inaudível].

José Figueiredo: É verdade. Isso

Carlos Gomes: [Inaudível].

José Figueiredo: Exatamente.

Carlos Gomes: Dona Darcy.

José Figueiredo: Darcy Vargas.

[Inaudível].

José Figueiredo: Não, esse Projeto nasceu realmente da LBA. Porque nós precisávamos fazer alguma coisa. Quando eu digo “nós”, era a minha equipe. Disse: “Porque que a gente não faz um projeto social?”. Aí criamos esse Projeto em que o Governo. A LBA entraria com 50% e o Governo entraria com 50%. Aí nós fizemos as creches, não é? Baseado também em muita coisa de Paulo Freire, que estava inserido nesse processo, que a gente tinha muito cuidado porque poderia haver alguma pressão na época e tal, mas graças a Deus não houve. Aquela história *De pé no chão também se aprende a ler*. Então nós fizemos essa creche sem necessidade de muita ostentação. Os meninos podiam estudar numa creche simples, sem sofisticação nenhuma e terminou indo pro interior. Então nós fizemos o Projeto Casulo. Depois tinha o Projeto Elo, porque o garotinho do Casulo quando chegava a casa o irmão ficava chateado porque ele chegava nutrido, com a fardazinha dele e ele não tinha nada. Então o mais velho dava no outro. Então, o Padre Tiago disse “Porque a gente não faz o Elo? Porque é a união, não é?”. Aí fizemos de 7 a 14. Era o Projeto Bandeirantes que era das meninas, desportismo e os primeiros trabalhos, por exemplo, de corte e costura, de não sei o quê. Foi feito uma série de projetos. E quando nós estávamos nos preparando para o Projeto Habitacional, que era a última parte do Casulo, onde no interior você dava uma levazinha de terra, eles plantavam os tubérculos e vendiam para o projeto. Mas aí...

Carlos Gomes: [Inaudível].

José Figueiredo: É. Inclusive a LBA acabou-se.

[Inaudível].

José Figueiredo: É verdade, com Dom Nivaldo.

[Inaudível].

José Figueiredo: É verdade.

Carlos Gomes: Muito bem! Está bom, Professor.

José Figueiredo: Obrigado ao senhor, uma boa tarde pra todos.